



RELATÓRIO & CONTAS 2022

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS e ANEXO**

Balanço Individual - 31 de Dezembro de 2022

UM: Euros

RUBRICAS	Notas	31. dez. 2022	31. dez. 2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	1 182 622,14	1 267 567,51
Ativos Intangíveis	7	44 292,25	51 971,25
Participações financeiras (outros métodos)	5	997,60	997,60
Outros Investimentos financeiros	5	20 709,75	20 390,23
Subtotal		1 248 621,74	1 340 926,59
Ativo corrente			
Clientes	8	8 541,89	7 905,27
Estado e outros entes públicos	10	9 297,86	5 832,50
Outros créditos a receber	11	199 907,44	251 740,64
Diferimentos	12	49 943,18	31 642,30
Caixa e depósitos bancários	4	268 105,69	57 387,44
Subtotal		535 796,06	354 508,15
Total do ativo		1 784 417,80	1 695 434,74
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital subscrito	13	1 150 000,00	1 150 000,00
Reservas Legais	13	22 456,29	22 456,29
Outras reservas	13	5 407,20	5 407,20
Resultados transitados	13	(12 247,15)	(8 486,29)
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	13,18	10 492,27	13 318,72
Subtotal		1 176 108,61	1 182 695,92
Resultado líquido do período	13	22 766,68	(156 394,50)
Total do capital próprio		1 198 875,29	1 026 301,42
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	14	11 650,00	11 650,00
Financiamentos Obtidos	9,15	2 910,22	20 091,00
Subtotal		14 560,22	31 741,00
Passivo corrente			
Fornecedores	16	71 923,94	90 053,89
Estado e outros entes publicos	10	65 481,46	68 243,68
Financiamentos obtidos	9,15	73 964,43	162 988,63
Outras dívidas a pagar	11	335 569,67	278 922,67
Diferimentos	12	24 042,79	37 183,45
Subtotal		570 982,29	637 392,32
Total do passivo		585 542,51	669 133,32
Total do capital próprio e do passivo		1 784 417,80	1 695 434,74

Contabilista Certificada

Conselho de Administração

_DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

. Período findo em 31 de Dezembro de 2022

UM: Euros			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2022	2021
Vendas e serviços prestados	17	2 794 877,55	2 309 559,08
Subsídios à exploração	18,23	501 184,00	499 000,00
Fornecimentos e serviços externos	19	(982 876,59)	(777 460,34)
Gastos com pessoal	20	(2 127 356,36)	(2 028 836,37)
Outros rendimentos	18,21	14 870,37	11 770,91
Outros gastos	21	(26 563,35)	(13 613,31)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		174 135,62	419,97
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6,7	(144 538,56)	(143 456,77)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		29 597,06	(143 036,80)
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	21	(3 067,54)	(9 596,84)
Resultado antes de impostos		26 529,52	(152 633,64)
Impostos sobre o rendimento do período	10, 22	(3 762,84)	(3 760,86)
Resultado líquido do período		22 766,68	(156 394,50)

Contabilista Certificada

Conselho de Administração

_ DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS
 . Período findo em 31 de Dezembro de 2022

		UM: Euros	
	Notas	2022	2021
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		3 033 186,67	2 517 736,62
Pagamentos a fornecedores		-1 194 553,04	-1 051 539,01
Pagamentos ao pessoal		-1 960 338,20	-1 919 273,57
Caixa gerada pelas operações		-121 704,57	-453 075,96
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		-3 760,86	-4 759,76
Outros recebimentos / pagamentos		-148 488,26	-77 992,61
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		-273 953,69	-535 828,33
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Activos fixos tangíveis		-45 736,47	-29 638,29
Activos intangíveis			-17 712,00
Investimentos financeiros		-5 816,61	-6 266,39
Outros activos			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Investimentos financeiros		5 519,02	2 648,83
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		-46 034,06	-50 967,85
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		376 537,94	1 251 333,67
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos		152 633,64	771 077,27
Outras operações de financiamento		499 000,00	499 000,00
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		-482 745,79	-2 124 986,36
Juros e custos similares		-3 064,67	-6 721,72
Dividendos			
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento		-11 655,12	
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		530 706,00	389 702,86
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		210 718,25	-197 093,32
CAIXA e EQUIVALENTES no INÍCIO do PERÍODO	4	57 387,44	254 480,76
CAIXA e EQUIVALENTES no FIM do PERÍODO	4	268 105,69	57 387,44

Contabilista Certificada

Conselho de Administração

_DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

. Período findo em 2021

UM: Euros

Rubricas	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	* AVCP	** RLP	Total do C. Próprio
POSIÇÃO NO INICIO DE 01-01-2021	13	1 150 000,00	46 714,18	5 407,20	(55 146,32)	2 155,34	(748 675,13)	400 455,27
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								-
Alterações de políticas contabilísticas								-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								-
Realização do excedente de revalorização de activos	13					14 358,04		14 358,04
Excedentes de revalorização de activos e respectivas variações								-
Ajustamentos por impostos diferidos	13					(3 194,66)		(3 194,66)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	13		(24 257,89)		(724 417,24)		748 675,13	-
	7	-	(24 257,89)	-	(724 417,24)	11 163,38	748 675,13	11 163,38
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						(156 394,50)	(156 394,50)
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8	-	(24 257,89)	-	(724 417,24)	11 163,38	592 280,63	(145 231,12)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital								-
Realizações de prémios de emissão								
Distribuições								
Entradas para cobertura de perdas	13				771 077,27			771 077,27
Outras operações								
		-	-	-	771 077,27	-	-	771 077,27
POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2021	11=6+7+8+10	1 150 000,00	22 456,29	5 407,20	(8 486,29)	13 318,72	(156 394,50)	1 026 301,42

* Ajustamentos/Outras variações no capital próprio

** Resultado líquido do período

_DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

. Período findo em 2022

UM: Euros

Rubricas	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	* AVCP	** RLP	Total do C. Próprio
POSIÇÃO NO INICIO DE 01-01-2022	13	1 150 000,00	22 456,29	5 407,20	(8 486,29)	13 318,72	(156 394,50)	1 026 301,42
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								-
Alterações de políticas contabilísticas								-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								-
Realização do excedente de revalorização de activos						(3 635,30)		(3 635,30)
Excedentes de revalorização de activos e respectivas variações								-
Ajustamentos por impostos diferidos	13					808,85		808,85
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	13				(156 394,50)		156 394,50	-
	7	-	-	-	(156 394,50)	(2 826,45)	156 394,50	(2 826,45)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						22 766,68	22 766,68
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8	-	-	-	(156 394,50)	(2 826,45)	179 161,18	19 940,23
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital								-
Realizações de prémios de emissão								
Distribuições								
Entradas para cobertura de perdas	13				152 633,64			152 633,64
Outras operações								
		-	-	-	152 633,64	-	-	152 633,64
POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2022	11=6+7+8+10	1 150 000,00	22 456,29	5 407,20	(12 247,15)	10 492,27	22 766,68	1 198 875,29

* Ajustamentos/Outras variações no capital próprio

** Resultado líquido do período

Contabilista Certificada

Conselho de Administração

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(montante expressos em euros)

1. Identificação da entidade

A WEMOB, EM, SA é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com natureza municipal. Foi criada por proposta N° 64/VIII de iniciativa da Câmara Municipal de Almada e aprovada em Reunião Camarária de 21/04/2004, iniciou a sua atividade em agosto de 2004, tem a sua sede na Rua Sociedade Filarmónica Incrível Almadense 5/7, em Almada. É detida a 100% pelo Município de Almada com sede na Rua Trigueiros Martel n° 1 2800-213 Almada.

A empresa tem como objetivos:

. a prestação de serviços de interesse geral no âmbito do desenvolvimento, gestão e exploração de soluções de mobilidade urbana, as quais incluem a construção, promoção e gestão de infraestruturas de estacionamento público urbano, a fiscalização do estacionamento público urbano e serviços associados, a construção e operação de infraestruturas de apoio à mobilidade pedonal, produção e distribuição de energia elétrica e sistemas de apoio à mobilidade elétrica e produtos partilhados de mobilidade e transporte público urbano de passageiros.

. o objeto social compreende, ainda, o exercício das seguintes atividades:

- a) Promoção, Gestão do Estacionamento Público Urbano, incluindo a Construção, Gestão, Exploração, Manutenção de zonas de estacionamento gerais ou específicas, no subsolo ou à superfície, em conformidade com as leis, regulamentos e deliberações dos órgãos municipais;
- b) Fiscalização do cumprimento do Código da Estrada e legislação complementar relacionada com o estacionamento público, incluindo a instrução e decisão dos processos de contraordenação rodoviárias nessa matéria;
- c) Exploração direta de parques de estacionamento públicos;
- d) Prestação de serviços de apoio conexos com o sistema de mobilidade (controlo do acesso a vias pedonais e vias de acesso condicionado e a vigilância de túneis);
- e) Promoção, prestação e gestão do transporte público de passageiros de âmbito local ou municipal;
- f) Gestão e operação de produtos partilhados de mobilidade;
- g) Construção, exploração e desenvolvimento de infraestruturas de apoio à mobilidade urbana e de produção de energia elétrica, incluindo a sua distribuição e a exploração dos serviços associados a meios de transporte utilizadores de energias alternativas;
- h) Execução de intervenções de iniciativa municipal relacionadas com a mobilidade urbana;
- i) Promoção de estudos e projetos de ordenamento de áreas de estacionamento e de mobilidade e acessibilidade urbanas, novas tecnologias e métodos de exploração do estacionamento.
- j) Prestação de serviços de logística urbana;
- k) Gestão e fiscalização dos resíduos urbanos e da limpeza, higiene e imagem urbana, incluindo a instrução e decisão dos respetivos processos de contraordenação;
- l) Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana, nomeadamente licenciar e autorizar infraestruturas e equipamentos de apoio à circulação rodoviária, incluindo estacionamento e acessos, com respeito pelos instrumentos de gestão territorial aplicáveis bem como as infraestruturas, equipamentos, apoios de praia ou similares nas zonas balneares;
- m) Desenvolvimento e exploração dos meios técnicos necessários para a otimização da gestão do estacionamento;
- n) Desenvolvimento e exploração de soluções de mobilidade de transportes específicos, nomeadamente no âmbito dos veículos elétricos, de serviço de transporte escolar, de cariz social ou para pessoas com mobilidade reduzida ou em áreas não cobertas pela rede de transportes coletivos da cidade, bem como os que se referem a serviços de transporte complementar ao transporte individual;
- o) Desenvolvimento de experiências-piloto no âmbito da aplicação de novas tecnologias, no contexto das suas atividades;
- p) Fiscalização e direção da execução das intervenções a seu cargo, bem como a execução de todos os contratos de que seja parte;
- q) Administrar o domínio público e privado do Município de Almada que lhe seja afeto para a prossecução das suas atribuições;
- r) Conservação e manutenção do seu património;
- s) Aquisição e alienação dos bens, equipamentos e direitos a eles relativos e contratar os serviços necessários à prossecução do seu objeto, bem como proceder à organização e atualização do respetivo cadastro;
- t) Formação para profissionais na área do estacionamento, mobilidade e gestão de sistemas de apoio à mobilidade urbana;

u) Apoio, organização e gestão de eventos visando a promoção da mobilidade urbana.

. a localização das zonas de intervenção e dos parques de estacionamento municipais caberá à WEMOB, após autorização da Câmara Municipal de Almada, sendo que o Município de Almada afetará os terrenos, caso os detenha, bem como todos os direitos de usufruto sobre o respetivo subsolo à WEMOB, devendo esta por si promover a sua construção e funcionamento.

. no âmbito do seu objeto social contêm-se a promoção de todos os procedimentos legais relativos à identificação e remoção de veículos ocupando espaços públicos, em estacionamento indevido ou abusivo, com sinais de abandono, previstos no Código da Estrada, incluindo os designados veículos em fim de vida (VfV) e a WEMOB manterá em pleno funcionamento parques específicos para estacionamento temporário de veículos removidos.

. a WEMOB poderá ainda exercer todas as atividades complementares ou acessórias ao seu objeto social ou outras que lhe venham a ser cometidas pela Câmara Municipal de Almada ou que se revelem necessárias e adequadas para a sua boa realização.

. na prossecução das atividades que integram o seu objeto social, a WEMOB poderá estabelecer acordos de cooperação empresarial e prestação de serviços com empresas congéneres de cidades em território nacional ou em países terceiros, com as quais existam protocolos de cooperação ou acordos de geminação celebrados pelo Município de Almada, assim contribuindo para apoiar instrumentalmente essa cooperação nacional ou internacional do Município com base na sua experiência acumulada de serviço local e testando soluções a aplicar para a sua atividade local.

É dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e rege-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais aprovado pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, pela lei comercial, pelos Estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado.

É entendimento da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros.

O Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Alterações ao Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa do exercício findo, fazem parte integrante do presente anexo, não devendo ser lidos separadamente.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) Aprovado pelo DL 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo DL 98/2015, de 2 de junho.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, de acordo com os princípios contabilísticos e com as NCRF, geralmente aceites em Portugal.

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime de acréscimo e são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados em "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos". Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os "Impostos diferidos" e as "Provisões" são classificados como ativos e passivos não correntes.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados no anexo, sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas de reconhecimento e mensuração

As principais políticas de contabilidade adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem:

3.1 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação, que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em duodécimos durante as vidas uteis estimadas:

CLASSE DE BENS	ANOS VIDA ÚTIL
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	8 a 12
Equipamento transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos	4 a 8

3.2. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

3.3. SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICA

Os subsídios são reconhecidos quando existe segurança de que a empresa cumprirá as condições a eles associadas e de que irão ser recebidos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos, são reconhecidos na rubrica Ajustamentos/Outras variações no Capital Próprio e imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações) como rendimentos do período durante a vida útil dos ativos com os quais se relacionam.

Os subsídios relacionados com o rendimento, isto é, subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos no ano.

3.4. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A WEMOB encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável.

Ao valor da coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama municipal, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,25%, bem como a tributação autónoma sobre encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código IRC.

No apuramento da matéria coletável, à qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão. A Administração da empresa entende, todavia, que eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de imposto não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme o disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação se baseia no plano de negócios da empresa, periodicamente revisto e atualizado.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data de balanço, e que se estima que seja aplicável na data de realização dos impostos diferidos ativos ou na data de pagamentos dos impostos diferidos passivos.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas diretamente nos capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

3.5. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Estas rubricas constituem direitos a receberem pela venda de bens ou serviços no decurso normal da atividade da empresa, são reconhecidas ao custo, deduzido de ajustamentos por imparidade, quando aplicável.

3.6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta rubrica inclui caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações, que podem ser imediatamente mobilizáveis a curto prazo de alta liquidez.

3.7. PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões, consiste no valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associadas à obrigação.

As provisões são sujeitas a uma revisão anualmente e de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, desde que materialmente relevante, deve ser reconhecida, sendo-o como um gasto financeiro.

3.8. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os empréstimos são mensurados ao custo e são mensurados no passivo, sendo expressos no passivo corrente e não corrente, dependendo do seu vencimento ocorrer a mais ou a menos de um ano, respetivamente.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos, de acordo com o regime do acréscimo.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a empresa possuir direito de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos 12 meses após a data de balanço, sendo, nestes casos, classificados como passivo não corrente.

3.9. FORNECEDORES E OUTRAS DIVIDAS A PAGAR

As rubricas “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor.

3.10. RÉDITO E REGIME DE ACRÉSCIMO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável e seja provável a obtenção de benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda sejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação de serviços.

O rédito referente aos autos de contraordenação enviados para a Autoridade Nacional Rodoviária (ANSR) apenas é reconhecido quando estes são validados pela entidade reguladora.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva, durante o período até à maturidade.

3.11. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A participação financeira da AGENEAL – Agência Municipal de Energia detida pela WEMOB é mensurada ao custo de aquisição.

3.12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados, a curto prazo, são reconhecidos como gasto no exercício.

Os gastos a curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a segurança social e benefícios não monetários (seguros de saúde, estomatologia e vida). O seguro de saúde inclui benefícios proporcionados quer aos empregados quer aos seus dependentes e cônjuges e podem ser liquidados por pagamentos feitos diretamente pelos empregados.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, vencem-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no ano seguinte, pelo que os gastos correspondentes são reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Os benefícios decorrentes de cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço e/ou proporcionem informação sobre as condições que ocorram após a data do balanço são refletidos e/ou divulgados nas demonstrações financeiras, se materiais. Não foram identificadas situações que coloquem em causa a continuidade da empresa.

3.14. IMPARIDADE DE ATIVOS

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

Se o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

3.15. CAPITAL SOCIAL

As ações são classificadas em capital próprio. Os custos diretamente alocados à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução líquida de impostos ao valor recebido resultante dessa emissão. Os custos diretamente atribuídos à emissão de novas ações ou opções ou para aquisição de um negócio são incluídos no custo de aquisição como parte do valor de compra.

3.16. JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam os ativos e passivos, assim como, os rendimentos e os gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento, existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas de forma prospetiva.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, bem como o método de depreciação a aplicar; análises de imparidade, nomeadamente de créditos; provisões; estimativa de imposto e estimativa de férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais.

4. Caixa e Depósitos Bancários

Comparando os exercícios findos 31-12-2022 e em 31-12-2021, o saldo de Caixa e seus equivalentes, que inclui os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria, apresenta o seguinte detalhe:

Designação	31.dez.2022	31.dez.2021
Caixa	38 156,59	40 672,57
Depósitos à ordem	229 949,10	16 714,87
	268 105,69	57 387,44

Os meios financeiros encontram-se disponíveis para uso.

5. Investimentos financeiros

Nesta rubrica inclui, em parte, a participação no património associativo nominal da AGENEAL – Agência Municipal de Energia de Almada por parte da WEMOB, sendo esta detentora de 0.38% (997,60€).

Os investimentos financeiros são, ainda, compostos pelo Fundo de Compensação de Trabalho (FCT) no valor de 20 709,75€. O FCT é um fundo autónomo, dotado de personalidade jurídica e gerido por um Conselho de Gestão. É um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais, o seu valor corresponde à entrega por parte do empregador de 0,925% de retribuição base e diuturnidades durante o período de execução do contrato, exceto nos períodos em que não ocorra contagem de antiguidade. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

6. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações, a dezembro de 2022 e dezembro de 2021, foi o seguinte:

Ativo Bruto

UM: Euros

	Saldo em 31.dez.2020	Aumentos	Abates	Correções/ Transf.	Saldo em 31.dez.2021	Aumentos	Abates	Correções/ Transf.	Saldo em 31.dez.2022
Edifícios e outras construções	275 016,62	9 744,73	-	119 160,74	403 922,09	-	-	-	403 922,09
Equipamento básico	1 442 608,27	35 554,42	18 690,00	-	1 459 472,69	28 334,00	7 013,63	-	1 480 793,06
Equipamento de transporte	182 522,25	2 949,49	9 000,00	-	176 471,74	1 951,22	4 538,37	-	173 884,59
Equipamento administrativo	281 583,22	9 138,20	-	-	290 721,42	8 612,08	22 078,45	-	277 255,05
Activos fixos tangíveis em curso	791 044,84	3 771,27	-	(124 275,12)	670 540,99	6 606,69	-	-	677 147,68
Outros activos fixos tangíveis	40 786,24	1 257,95	-	-	42 044,19	7 035,00	1 950,00	-	47 129,19
	3 013 561,44	62 416,06	27 690,00	(5 114,38)	3 043 173,12	52 538,99	35 580,45	-	3 060 131,66

Depreciações Acumuladas

UM: Euros

	Saldo em 31.dez.2020	Aumentos	Abates	Correções/ Transf.	Saldo em 31.dez.2021	Aumentos	Abates	Correções/ Transf.	Saldo em 31.dez.2022
Edifícios e outras construções	194 834,29	25 230,89	-	-	220 065,18	28 304,52	-	-	248 369,70
Equipamento básico	1 083 224,00	75 528,31	18 690,00	-	1 140 062,31	72 149,90	6 985,38	-	1 205 226,83
Equipamento de transporte	110 464,05	17 898,33	9 000,00	-	119 362,38	15 661,68	4 538,37	-	130 485,69
Equipamento administrativo	243 414,33	18 595,16	-	-	262 009,49	15 208,49	22 050,64	-	255 167,34
Outros activos fixos tangíveis	28 128,09	5 978,16	-	-	34 106,25	5 534,97	1 381,26	-	38 259,96
	1 660 064,76	143 230,85	27 690,00	-	1 775 605,61	136 859,56	34 955,65	-	1 877 509,52

ATIVO LIQUIDO

1 353 496,68

1 267 567,51

1 182 622,14

Em equipamento básico destacam-se as aquisições de: impressoras para os CPA's (caixas de pagamento automáticas) para os parques de estacionamento da cidade de Almada e da praia da Rainha e bloqueadores para a fiscalização.

Adquiriram-se 2 bicicletas elétricas de trekking, como equipamento de transporte, para deslocação entre os parques de estacionamento da Costa de Caparica e de Almada.

No período em relato foi necessário a aquisição de diverso mobiliário de escritório.

Para a área de fiscalização, adquiriram-se impressoras térmicas.

Para o departamento da frota, adquiriu-se scanner de diagnóstico de veículos OBD (On Board Diagnostics).

O aumento registado nas outras subcontas dos ativos fixos tangíveis, refletem a aquisição de mobiliário urbano para a Costa de Caparica.

Está considerado com ativo em curso as obras nos acessos às praias.

As diminuições relevadas nas diferentes rubricas de ativos fixos intangíveis referem-se a abates: de diverso material informático (desktops e monitores), de impressoras e envelopadora, equipamentos de controlo biométrico todos estes bens obsoletos e avariados; de equipamento de transporte (ciclomotores 12-GG-26 e 12-GG-27, matrícula de 2008); de mobiliário desmantelado (balcão de atendimento antigo) e material de obras inexistente. Releva-se, ainda, nas diminuições de ativos fixos tangíveis a doação a entidades de caris social (Fábrica da Igreja Paroquial de Corroios e Associação de Solidariedade Social ELO Mãe Amorosa) de equipamento informático – computadores, monitores, ratos e teclados e afins – que se encontravam operacionais, mas descontinuados para utilização corrente do que é exigido para o desempenho nos serviços da empresa.

7. Ativos intangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações, no final dezembro de 2022 e dezembro de 2021, foi o seguinte:

Ativo Bruto

UM: Euros

	Saldo em 31.dez.2020	Aumentos	Abates	Correções/ Transf.	Saldo em 31.dez.2021	Aquisições	Abates	Correções/ Transf.	Saldo em 31.dez.2022
Programas de computador	4 249,04	-	-	-	4 249,04	-	-	39 496,00	43 745,04
Projectos desenvolvimento	2 282,20	-	-	-	2 282,20	-	-	-	2 282,20
Ativos intangíveis em curso	43 571,25	8 400,00	-	-	51 971,25	-	-	(39 496,00)	12 475,25
						-	-		
	50 102,49	8 400,00	-	-	58 502,49	-	-	-	58 502,49

Depreciações Acumuladas

UM: Euros

	Saldo em 31.dez.2020	Aumentos	Abates	Correções/ Transf.	Saldo em 31.dez.2021	Aquisições	Abates	Correções/ Transf.	Saldo em 31.dez.2022
Programas de computador	4 202,22	46,82	-	-	4 249,04	7 679,00	-	-	11 928,04
Projectos desenvolvimento	2 103,10	179,10	-	-	2 282,20	-	-	-	2 282,20
	6 305,32	225,92	-	-	6 531,24	7 679,00	-	-	14 210,24

ATIVO LIQUIDO

43 797,17

51 971,25

44 292,25

No período de relato procedeu-se a transferência parcial de valor de ativo intangível em curso referente a desenvolvimento, já concluído, no programa de contraordenações GIC.

8. Clientes

A 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, a rubrica de Clientes, registava um saldo no valor de 8 541,89€ relativo à contrapartida financeira referente ao mês de dezembro dos Apoios de Praia Urbanos.

9. Locações

A empresa detém um contrato em regime de locação – viatura pesada de passageiros – Minibus – o valor contratual é de 67 750,00€, com periodicidade de 48 meses (início em 13.02.2020) à taxa nominal de 1,25% com livrança subscrita pelo locatário. Nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, registavam-se os seguintes saldos:

Anos	Amortização anual	
2023	17 210,47	Financiamento corrente
2024	2 910,22	Financiamento não corrente

10. Estado e outros entes públicos

A 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, as rubricas de Estado e outros entes públicos no ativo e no passivo, registava os seguintes saldos:

UM: Euros

	31.dez.2022		31.dez.2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre rendimento pessoas coletivas				
PEC (pagamentos especiais por conta)	5 832,50	-	5 832,50	-
Estimativa de imposto	-	3 762,84	-	3 760,86
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	8 819,48	-	11 805,48
Imposto sobre o rendimento profissionais	-	-	-	-
Imposto sobre prediais (IRS/IRC)	-	2 737,50	-	1 625,00
Imposto sobre o valor acrescentado	3 465,36	9 213,36	-	10 909,13
Contribuição para a Segurança Social	-	40 336,73	-	39 627,85
Outras tributações - FCT e FGCT	-	611,55	-	515,36
TOTAL	9 297,86	65 481,46	5 832,50	68 243,68

Em observação da legislação em vigor, informamos que a Empresa apresenta a sua situação tributária regularizada perante a Autoridade Tributária, assim como a situação contributiva perante a Segurança Social.

11. Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

A junho de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, o movimento ocorrido na rubrica Outros Créditos a Receber foi o seguinte:

	31.dez.2022	31.dez.2021
Operações com o pessoal	1 617,89	1 610,29
Devedores por acréscimo de rendimentos	136 215,89	199 489,99
Outros Devedores	58 876,70	47 443,40
Fornecedores (saldos devedores)	3 196,96	3 196,96
	199 907,44	251 740,64

Em operações com o pessoal está considerado o valor de seguro de saúde, pago antecipadamente pela empresa, relativo a cônjuges e filhos de trabalhadores.

A rubrica Devedores por Acréscimo de Proveitos inclui o acréscimo anual relativo à TRH dos apoios de praia não urbanos (125 564,59€); o valor de acréscimo de coimas/autos de contraordenação, emitidos e notificados em 2022 que prevê receber em 2023 (10 651,30 €).*

Na rubrica Outros Devedores estão incluídos, entre outros, os valores em trânsito relativos a rendimentos obtidos das diversas atividades.

A rubrica outras Dívidas a Pagar tinha a seguinte decomposição:

	31.dez.2022	31.dez.2021
Operações com o pessoal	639,71	1 873,33
Fornecedores de investimentos	11 924,85	-
Credores por acréscimos de gastos	303 959,56	258 932,60
Outros Credores	19 045,55	18 116,74
	335 569,67	278 922,67

A rubrica Credores por Acréscimos de Gastos, inclui o valor das estimativas de remunerações, referentes a férias e subsídio de férias e subsídio de natal, bem como, o acréscimo de gastos correntes.

No valor indicado na rubrica Outros Credores está incluído valores que se relacionam com subsídios ao investimento – passivos por impostos diferidos, no valor de 3 002,61€, por via das depreciações de investimentos financiados em anos anteriores pelo Município de Almada e ao Fundo de Eficiência Energética. O subsídio ao investimento recaiu sobre ativos tangíveis com vida útil definida.

12. Diferimentos

A 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, os saldos da rubrica Diferimentos do ativo e passivo forma como se segue:

Diferimentos (Ativo)	31.dez.2022	31.dez.2021
Seguros pagos antecipadamente	6 785,55	14 190,29
Rendas (imóveis)	6 750,00	6 500,00
Vigilância	1 783,85	2 017,90
Assistência técnica	7 961,70	7 303,51
Outros gastos a reconhecer	26 662,08	1 630,60
	49 943,18	31 642,30

Diferimentos (Passivo)	31.dez.2022	31.dez.2021
Rendimentos a reconhecer	24 042,79	37 183,45
	24 042,79	37 183,45

* o valor de autos emitidos e notificados por receber situava-se, na data do relato, nos 532 564,95€ face à improbabilidade de ser recebido este montante até ao final do exercício de 2023, sem que os autos transitem para decisão, procedeu-se ao registo de uma percentagem do valor na rubrica devedores por acréscimo de proveitos, com base no histórico do ano anterior e com um ajuste face às condições económicas atuais

A rubrica Outros Gastos a Reconhecer inclui: o pagamento da renda das instalações sitas na Av. 25 de abril de 1974 referente ao mês de dezembro, gastos de serviços de vigilância e gastos anuais com Certificação Digital dos agentes de fiscalização, entre outros.

A rubrica Rendimentos a Reconhecer, inclui o valor pago pelos utentes dos parques de estacionamento relativo a avenças de meses posteriores ao ano de relato.

13. Instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2022, o capital da Empresa encontra-se totalmente subscrito e realizado, pela pessoa coletiva Câmara Municipal de Almada detentora de 100% do capital, no montante de 1 150 000,00€. Os estatutos da WEMOB estabelecem na alínea a) do artigo 29º, que, no mínimo, 10% do resultado anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos ou incorporadas no capital.

A 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, o capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

	31.dez.2022	31.dez.2021
Capital realizado	1 150 000,00	1 150 000,00
Reservas Legais	22 456,29	22 456,29
Outras reservas	5 407,20	5 407,20
Resultados transitados	(12 247,15)	(8 486,29)
Outras variações no capital próprio	10 492,27	13 318,72
Resultado líquido do exercício	22 766,68	(156 394,50)
	1 198 875,29	1 026 301,42

Ao abrigo do artigo 40º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira por parte da Câmara Municipal de Almada, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa. Em 2022, o acionista efetuou uma transferência para cobertura de prejuízos no valor de 152 633,64€

Foi reconhecido, em sede de Resultados Transitados o montante relativo ao Resultado líquido do exercício de 2021.

Na rubrica “Ajustamentos/Outras variações no capital próprio” estão incluídos valores que se relacionam com subsídios ao investimento, em ativos fixos tangíveis, financiados em anos anteriores pelo Município de Almada.

14. Provisões

Mantém-se registado o valor de 11 650,00€ de provisão para indemnizações por processos constituídos contra a empresa que ainda não têm sentença determinada.

15. Financiamentos Obtidos

Nesta rubrica estão incluídos valores de conta corrente para fazer face a despesas de tesouraria e o valor remanescente da locação financeira em curso.

A conta corrente em aberto é na Instituição de Crédito Santander.

	31.dez.2022		31.dez.2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Empréstimos bancários		56 753,96		146 000,00
Outros - Locação	2 910,22	17 210,47	20 091,00	16 988,63
	2 910,22	73 964,43	20 091,00	162 988,63

16. Fornecedores

A 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, a rubrica de Fornecedores, registava os seguintes saldos:

	31.dez.2022	31.dez.2021
Fornecedores, Conta Corrente		
Saldos não vencidos	70 090,79	55 209,74
Saldos vencidos (31-60 dias)	1 833,15	34 844,15
	71 923,94	90 053,89

17. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, é detalhado conforme se segue:

	31.dez.2022	31.dez.2021
Venda de bens	63 936,29	13 791,94
Veículos em fim de vida	63 936,29	13 791,94

	31.dez.2022	31.dez.2021
Prestação de serviços	2 730 941,26	2 295 767,14
Parquímetros	515 056,59	416 011,05
Parques de estacionamento	706 899,29	620 225,79
Fiscalização	1 154 331,05	930 318,41
Flexibus	-	26,83
Apoios de praia	354 654,33	329 185,06
	2 794 877,55	2 309 559,08

18. Subsídios

A rubrica de subsídios é detalhada da seguinte forma:

UM: Euros

	Balanco		Demonstração de resultados			
	Capital próprio		* Imp. Subs. Investimentos		Subsídios à exploração	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Subsídios relacionados com activos	10 492,27	13 318,72	3 635,30	8 133,44	-	-
Subs P/ Investimentos	10 492,27	13 318,72	3 635,30	8 133,44		
Subsídios à exploração	-	-	-	-	499 000,00	499 000,00
Parques CMA					126 000,00	126 000,00
Parque Afonso Henriques					15 000,00	15 000,00
Flexibus					58 000,00	58 000,00
Residentes					230 000,00	230 000,00
Veículos em Fim de Vida					70 000,00	70 000,00
IAPMEI (Ref. aumento RMNG2022)					2 184,00	
	10 492,27	13 318,72	3 635,30	8 133,44	501 184,00	499 000,00

* Imputação de subsídios para investimentos

19. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, foi o seguinte:

	31.dez.2022	31.dez.2021
Serviços especializados	422 986,36	313 717,22
Trabalhos especializados	174 338,33	136 148,71
Publicidade e propaganda	-	20 105,01
Vigilância e segurança	10 298,89	8 931,00
Honorários	13 486,67	15 400,00
Conservação e reparação	85 689,98	34 489,69
Serviços bancários	22 247,24	16 306,78
Outros	116 925,25	82 336,03
Materiais	49 703,86	30 365,02
Ferramentas e utensílios	11 793,42	12 335,80
Livros e documentação técnica	1 201,48	359,95
Material de escritório	33 677,45	12 966,53
Artigos para oferta	780,00	4 190,75
Cartões parques	2 251,51	511,99
Energia e fluidos	114 361,80	77 521,63
Electricidade	78 846,94	50 663,63
Combustíveis	30 675,10	22 766,17
Água	4 839,76	4 091,83
Deslocações, estadas e transp.	3 010,18	1 528,68
Serviços diversos	392 814,39	354 327,79
Rendas e alugueres	126 353,07	107 828,35
Comunicação	192 480,01	191 708,00
Seguros	11 155,73	17 586,45
Contencioso e notariado	25 033,41	19 276,24
Despesas de representação	653,50	153,05
Limpeza, higiene e conforto	37 134,32	17 775,70
Outros	4,35	-
Total	982 876,59	777 460,34

A oscilação nas subcontas de serviços especializados deve-se, essencialmente, a melhorias efetuadas no atendimento ao público, nos parques de estacionamento subterrâneo, em virtude da deteção de algumas anomalias no funcionamento, pintura e à marcação do pavimento do parque Capitão Leitão e do parque dos Veículos e Fim de Vida. De referir, ainda, os gastos superiores em Outros justificados por: maior volume de autos de contraordenação a distribuir às diferentes entidades (ANSR/AT/GNR/PSP); gastos superiores em despesas contratuais e bancárias; valor superior de transferências para a Autoridade Marítima Nacional relativos às taxas de Zonas de Apoio Balnear e de valores transferidos para o Fundo Azul e Ambiental.

Em Materiais, o aumento de gastos ficou a dever-se, essencialmente a: gastos tidos com consumíveis em virtude de um volume maior de expedição de autos de contraordenação; aquisição de mobiliário de escritório, nomeadamente, estantes de arquivo e aquisição de diverso material informático.

Em Energia e Fluidos, o diferencial nos gastos justificam-se pelo aumento generalizado dos preços por KW. A rubrica de Serviços Diversos relevou um aumento face a igual período homologa, em: Rendas e Alugueres pelo aumento da renda relativa às instalações de Cacilhas e pelo arrendamento espaço para VFV's na Cova da Piedade; Comunicações em resultado de um maior número de autos de contraordenação expedidos, com impacto nos gastos tidos com os CTT e de um gasto inferior tido com comunicações móveis; Contencioso e Notariado registou-se um maior número de consultas efetuadas ao IRN, e Limpeza, Higiene e Conforto contratualizaram-se serviços de limpeza extraordinária e desbaratização para os parques de estacionamento Capitão Leitão, Bento Gonçalves, Luísa Sigeia e Afonso Henriques e para os contentores localizados nas praias e, ainda, o contrato de serviços de limpeza relativa aos WC colocados na Costa de Caparica durante a época balnear.

20. Gastos com o Pessoal

A repartição dos Gastos com Pessoal, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi a seguinte:

	31.dez.2022	31.dez.2021
Remunerações Órgãos Sociais	49 546,85	49 197,99
Remunerações do pessoal	1 604 649,40	1 544 288,66
Encargos sobre Remunerações	359 428,52	339 051,70
Seguro Acidentes Trabalho	26 681,05	23 596,55
Outros gastos com Pessoal	87 050,54	72 701,47
	2 127 356,36	2 028 836,37

	31.dez.2022	31.dez.2021
Benefício de curto prazo (*)	2 100 433,10	2 000 631,42
Outros benefícios (**)	26 923,26	28 204,95
	2 127 356,36	2 028 836,37

(*) inclui remunerações Órgãos Sociais e Pessoal, encargos, seguros de acidentes de trabalho, gastos ação social, fardamento, formação, serviços SHST, ACSS-SNS

(**) Seguro de vida e saúde

	2022
Número médio de trabalhadores	111

Os benefícios dos empregados reconhecidos na demonstração de resultados são exclusivamente de curto prazo.

O aumento registado na rubrica Remunerações do Pessoal deve-se a novas contratações para a função de Agente de Estacionamento.

A repartição das Remunerações dos Órgãos Sociais, foi a seguinte:

	31.dez.2022	31.dez.2021
Conselho de Administração (*)	49 546,85	49 197,99
Fiscal Único (**)	9 000,00	9 000,00
	58 546,85	58 197,99

(*) Valor relevado em Gastos com Pessoal. O Conselho de Administração é constituído por três elementos sendo, apenas, o Presidente remunerado.

(**) Valor relevado em Fornecimentos e Serviços Externos.

21. Outros rendimentos e outros gastos

A rubrica Outros rendimentos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, teve a seguinte decomposição:

	31.dez.2022	31.dez.2021
Outros rendimentos e ganhos		
Correções relativas a períodos anteriores	7 802,50	443,05
Imputação de subsídios p/ investimentos	3 635,30	8 133,44
Em investimentos não financeiros	-	786,00
Excesso de estimativa para impostos	-	714,52
Outros rendimentos e ganhos	3 432,57	1 693,90
	14 870,37	11 770,91

Nesta rubrica, em outros, está incluído um desconto recebido da empresa Vodafone por negociação de novo contrato de fidelização de serviços de comunicação.

Os Outros gastos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram como segue:

	31.dez.2022	31.dez.2021
Impostos	1 415,51	5 412,92
Outros gastos e perdas	25 147,84	8 200,39
Correções relativas a períodos anteriores	9 841,76	2 278,60
Em investimentos financeiros (FCT/FGCT)	630,90	-
Em investimentos não financeiros	1 017,93	-
Donativos concedidos	126,00	138,00
Outros gastos e perdas	13 531,25	5 783,79
	26 563,35	13 613,31
Gastos e perdas de financiamento	3 067,54	9 596,84

Em impostos estão relevados os Impostos Automóvel dos veículos que compõem a frota da empresa. O valor registado em correções de exercício anterior é justificado, maioritariamente, pelos gastos tidos com a instalação de Via verde na Praia do Rei, cujo serviço foi prestado no ano de 2021. O Fundo de Compensação registou uma desvalorização face ao ano anterior no montante de 630,90€. O valor em gastos e perdas em investimentos não financeiros referem-se aos ativos fixos tangíveis abatidos com vida útil a decorrer e que, consequentemente, apresentavam, ainda, valor líquido contabilístico. Na rubrica outros gastos estão incluídos valores de comissões, multas, coimas e outras despesas.

Nos juros suportados estão incluídos juros, comissões e imposto de selo de financiamento, relativo a utilização de conta corrente bancária e leasing.

22. Imposto sobre o rendimento

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a reconciliação entre a taxa de Imposto sobre o Rendimento e a taxa efetiva de imposto, foi a seguinte:

	31.dez.2022	31.dez.2021
Imposto corrente	3 762,84	3 760,86
Reconciliação da Taxa Efetiva de Impostos		
	31.dez.2022	31.dez.2021
Resultados Antes de Impostos	26 529,52	(152 633,64)
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	9 841,76	2 278,60
Multas, coimas, juros compensatórios	11 504,49	4 480,72
Outros acréscimos ao rendimento tributável	-	3 416,70
Outros decréscimos ao rendimento tributável	11 317,50	714,52
	36 558,27	(143 172,14)
Reporte de prejuízos fiscais	-	-
Artº 41-A EBF	63 000,00	-
Matéria Coletável	-	-
Impostos à taxa em vigor	-	-
Tributação Autónoma	3 762,84	3 760,86
Derrama	-	-
Outros	-	-
IRC estimado para o exercício	3 762,84	3 760,86

23. Partes relacionadas

Os termos ou condições praticadas entre a WEMOB e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que, normalmente, seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

No período de 2022, os saldos e transações mantidos com partes relacionadas – Câmara Municipal de

Almada, detentora da totalidade do capital social – respeitam, essencialmente, à atividade operacional. As transações mais significativas efetuadas com esta entidade referem-se a Subsídios à Exploração. Relativamente aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, as transações realizadas referem-se a consumos de água nos parques de estacionamento e aquisição, por parte dos SMAS, de avenças de estacionamento nos parques de estacionamento sitos na Av. Bento Gonçalves e na Rua Capitão Leitão.

Transações	31.dez.2022	31.dez.2021
SMAS		
. Abastecimento de Água	4 933,41	4 280,52
. Venda de avenças parques estacionamento BG e CL	3 268,29	3 804,88
Câmara Municipal de Almada		
. Subsídios à Exploração	499 000,00	499 000,00
. Cobertura Prejuízo	152 633,64	771 077,27
. Aferição metrológica parquímetros	2 106,73	1 971,14
. Inspeção de elevadores parques estacionamento	380,72	374,70
. Desconto para ACSS/SNS	26 590,56	26 590,56
Saldos	31.dez.2022	31.dez.2021
SMAS		
. Abastecimento de Água	402,38	196,93
. Venda de avenças parques estacionamento BG e CL	420,00	-
Câmara Municipal de Almada		
. Subsídios à Exploração - CP 2020	-	11 655,12

24. Passivos contingentes

À data da elaboração do presente documento, está pendente uma Contraordenação acionada pela ASAE, na qual é imputada a prática de não remessa do original do livro de reclamações à entidade competente dentro do prazo legalmente estabelecido, cujo valor da decisão final se situará entre os 22 500,00 e os 225 000,00 euros.

25. Eventos subsequentes

Apesar de um cenário de incerteza, face à situação económica mundial e às perspetivas atuais e futuras, a WEMOB pretende continuar a desempenhar o seu papel ativo na gestão do estacionamento e mobilidade da cidade de Almada e não coloca em causa a prossecução da sua atividade enquanto Empresa Municipal. Na presente data, o Conselho de Administração não tem conhecimento se quaisquer fatos ou acontecimentos, posteriores a 31 de dezembro de 2022, que justifiquem ajustamentos ou divulgação nestas demonstrações financeiras.

26. Proposta de aplicação de resultados

De acordo com o disposto na alínea f) do nº 5 do artº 66 do Código das Sociedades Comerciais, e tendo em consideração os demais preceitos legais, bem como os objetivos apresentados neste relatório, propõe-se que o Resultado Líquido Positivo, do período de 2022, no montante de 22 766,68€, seja transferido na sua totalidade para Reservas Legais.

Data de Autorização para Emissão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de administração em 31 de março de 2023, sendo posteriormente remetidas para o Município de Almada para aprovação.

Contabilista Certificada

A Administração



RELATÓRIO & CONTAS 2022

CERTIFICAÇÃO LEGAL
DE CONTAS

E

PARECER DO FISCAL ÚNICO